

Classificação Funcional Programática: 12.368.0815.5740.000
Classificação Econômica 334033, vinculada à Unidade Orçamentária 08001
UGO 080010 – UGE 080342

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SOROCABA

**Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-6-2021 Declarando Regularizada**, com fundamento na Indicação CEE 08/86 e nos termos da Deliberação CEE 18/86, a vida escolar de G.A.P.O.S.R, RG. 64507757-4/SP, referente ao período do 1º ano do Ensino Fundamental, tendo em vista a ocorrência de Recuperação Implícita em conformidade com o item 3.1.2 e, ainda, considerando as circunstâncias previstas nos itens 4.1, 4.3 e 6.1.1 da Indicação citada. (DRE-50)

## ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

**EE PROFª ROSEMARY DE MELLO MOREIRA PEREIRA Portaria da Diretora, de 22-6-2021 Declarando Regularizada**, com fundamento na Indicação CEE 08/86 e nos termos da Deliberação CEE 18/86, a vida escolar de M.H.C.O, RG. 65421725-7/SP, referente ao período do 5º ano do Ensino Fundamental, tendo em vista a ocorrência de Recuperação Implícita em conformidade com o item 3.1.2 e, ainda, considerando as circunstâncias previstas nos itens 4.1, 4.3 e 6.1.1 da Indicação citada.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SUMARÉ

**Apostila do Dirigente Regional de Ensino, de 22-6-2021**
Apostila de Reajuste Base: 06/2021 (6.22%)
Processo: 00643/16
Contrato: 004/16
Contratante: 080344 - Dir.ens.reg.sumare
Contratação: PLS Apoio Administrativo Eireli
CNPJ/MF: 21.567.353/0001-48

À vista dos elementos instrutórios deste processo, e em face da manifestação e Planilha de Demonstrativo de Reajuste apresentada pelo gestor do contrato às fls: 641, que Aprovo, bem como o índice de 6.22% para cálculo de reajuste do contrato de Prestação de Serviços de: base 01/2021, divulgado no simulador do Cadterc as fls. 637 do Contrato supracitado, firmado com a empresa, PLS Apoio Administrativo Eireli - ME, Autorizo o reajuste de preços, passando a base Mensal de R\$ 82.250,59 para R\$ 85.422,50 a partir de 1/01/2021.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TAUBATÉ

**Portaria DRE-18, de 21-6-2021**

Dispõe sobre autorização do Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recurso para alunos Transtorno de Espectro Autista

O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de Taubaté, de acordo com o Decreto 64.187/2019, com fundamento na Resolução SE 68/2017 e demais normas vigentes, à vista do Processo SEDUC-PRC-2021/18958-V01, expede a presente portaria:

Artigo 1º - Fica autorizada a instalação e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado - AEE, a ser efetivado em Sala de Recurso, com Professor Especializado na área do Transtorno do Espectro do Autismo - TEA, na Escola Estadual Monsenhor Ignácio Gióia, Código CIE: 037.874, sito à via de acesso João Romão, s/nº, Centro, CEP: 12.140.000, no município de São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino - Região de Taubaté, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TUPÃ

**Termo de Aditamento de Convênio**
Convênio de Transporte Escolar de Alunos da Rede Estadual.
Processo: 00515/0088/2016 - SPDOC-903006/2018
Parecer: CEE-246/2016
Parecer Consultoria Jurídica 21/2021
Autorização do Governador - Decreto 48.631, de 11-05-2004
Convenientes: Secretaria de Estado de Educação e Prefeitura Municipal de Rancharia.

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência de Convênio, para transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção de Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino

Vigência: 11-06-2021 até 31-01-2022
Data da assinatura: 11-06-2021

Valor Total: R\$ 4.130.225,68, sendo R\$ 2.371.234,60 em recursos estaduais e R\$ 1.758.991,08 em recursos Municipais a título de Contrapartida.

**Termo de Aditamento de Convênio**
Convênio de Transporte Escolar de Alunos da Rede Estadual.
Processo: 00513/0088/2016 - SPDOC-902647/2018
Parecer: CEE-246/2016
Parecer Consultoria Jurídica 21/2021
Autorização do Governador - Decreto 48.631, de 11-05-2004.

Convenientes: Secretaria de Estado de Educação e Prefeitura Municipal de Queiroz.

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência de Convênio, para transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção de Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino.

Vigência: 11-06-2021 até 31-01-2022
Data da assinatura: 10-06-2021

Valor Total: R\$ 324.887,19, sendo R\$ 187.647,85 em recursos estaduais e R\$ 137.239,34 em recursos Municipais a título de Contrapartida.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTORANTIM

**Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-6-2021 Declarando**, com fundamento no disposto da Lei Federal 9.394/96, Deliberação CEE 17/80, Deliberação CEE 21/2001 e Indicação CEE 15/2001, que os estudos feitos em Canindeyú/República do Paraguai por Erika Magnolia Garcia Mendoza, CPF-801.767.059-10, filha de Hugo Francisco Garcia Ibarrolla e Ana Beatriz Mendoza de Garcia, nascida em 31-08-1997, são equivalentes aos cumpridos no Sistema Estadual de Ensino, em nível de Conclusão do Ensino Médio, para fins de prosseguimento de estudos.

# Saúde

## COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

**Extrato de Contrato**
Processo: SES-PRC-2019-04901.
Contratante: Secretaria da Saúde - Coordenadoria Geral de Administração.
Contratada: Centro de Reabilitação e Hidroterapia Cristo Rei Ltda. - ME, CNPJ 02.837.486/0001-42.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 15 meses, a partir de 25-06-2021 com término em 24-09-2022 do Contrato 011/2020, referente prestação de serviços de hidroterapia em piscina aquecida em atendimento à demanda judicial.

Valor total do contrato: R\$ 21.127,50 sendo R\$ 8.732,70 para o presente exercício e R\$ 12.394,80 para o exercício de 2022.

Base mensal: R\$ 1.408,50
A despesa decorrente do aditamento irá onerar a Classificação Orçamentária 10.122.09030.4850.0000.

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original celebrado em 25-03-2020, não alteradas pelo presente termo.

Data da Assinatura: 15-06-2021.

## COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

**Comunicado**
Orientação para Submissão de Projetos ao Gaps/Fesima
Orientações básicas para a elaboração de projeto a ser encaminhado ao Fundo Especial de Saúde para Imunização em Massa e Controle de Doenças (Fesima), conforme 105ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 28-04-2021.

O documento "Orientações para submissão de projetos ao Gaps/Fesima" tem como objetivo subsidiar a solicitação de apoio ao Fundo Especial de Saúde para Imunização em Massa e Controle de Doenças. O projeto de pesquisa ou de ação em saúde pública deve conter a estrutura especificada a seguir.

Item 1 - Da identificação
Título; Instituição proponente; Departamento do órgão solicitante; período de duração total do projeto; equipe responsável; seguido de resumo executivo com, no máximo, 3.000 caracteres.

Item 2 - Da introdução
Na introdução deve estar inserida a revisão da literatura e a vinculação com os Planos de Saúde: Nacional, especialmente o Estadual ou Municipal, e ou com as metas da Organização Mundial de Saúde (OMS) ou Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ou com as Diretrizes da Vigilância em Saúde.

Item 3 - Dos objetivos
Devem ser apresentados o(s) objetivo(s) geral(is) e o(s) objetivo(s) específico(s) do projeto.

Item 4 - Da justificativa
Deve estar explicitado o motivo pelo qual se justifica realizar a pesquisa ou a ação de saúde pública.

Item 5 - Da área de atuação ou de abrangência
Deve estar mencionada a área de abrangência local, regional, estadual, interestadual ou nacional.

Item 6 - Do público-alvo
Deve(m) ser explicitado(s) o(s) público(s)-alvo(s) do projeto de pesquisa ou ação em saúde pública.

Item 7 - Do método e/ou referencial teórico
Especificar o(s) método(s) utilizado(s), detalhando a abordagem adotada (qualitativa ou quantitativa), análises estatísticas, técnicas de laboratório, entre outros.

Item 8 - Da meta proposta e indicadores de desempenho
- Qual(is) a(s) meta(s) que se espera alcançar com o desenvolvimento do projeto.

- Relacionar com os Planos de Saúde: Nacional, especialmente Estadual ou Municipal, e ou com as metas da Organização Mundial de Saúde (OMS) ou Organização Panamericana de Saúde (OPAS), e ou com as Diretrizes da Vigilância em Saúde.

Item 9 - Do cronograma de execução
- Apresentar todas as etapas de execução do projeto, desde a revisão de literatura até a entrega de relatório final.

- Prever a entrega de relatório parcial de resultados alcançados ao completar a metade do período de duração total do projeto e a entrega de um relatório final no mês de conclusão do projeto.

- Detalhar os marcos principais do projeto.
Item 10 - Da Comissão de Ética
Quando necessário (e seguindo a legislação vigente), o projeto deverá apresentar como anexo o parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa ou da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, de acordo com a legislação da temática em questão.

Item 11 – Elencar os possíveis produtos da proposta
Produtos como produção científica, capacitações, estratégias de prevenção de doenças e riscos e promoção da saúde e qualidade de vida.

Item 12 - Dos riscos do projeto
Informar os possíveis riscos (técnicos, externos, organizacionais e de gestão) que podem ocorrer durante a execução do projeto, podendo inviabilizar ou não seu desenvolvimento, e quais as estratégias para gestão de riscos no sentido de mitigá-los.

Item 13 - Projetos vinculados
Deverá ser informado se o projeto está vinculado a programas de pós-graduação stricto sensu e lato sensu ou se estiver vinculado a um projeto mais amplo, bem como a projetos de menor magnitude.

Item 14 - Apoio da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP)

- Apontar que área da SES-SP se beneficiará tecnicamente do projeto.

- Contextualizar por que a SES-SP deve apoiar a proposta.

Item 15 - Dos financiamentos
Deverá constar declaração do responsável pelo projeto informando se o projeto recebeu recurso(s) de outra instituição (contrapartida) pública ou privada e se há incompatibilidade entre as fontes financiadoras.

Item 16 - Das aquisições
Se houver necessidade de aquisições de equipamentos e/ou insumos, é necessário que estejam no projeto com detalhamento suficiente para que possam ser adquiridos pelo GAPS.

Cabe a direção da instituição verificar e se manifestar sobre a necessidade das etapas, equipamentos ou insumos solicitados pelo proponente.

Ao realizar a análise técnica, o GAPS pode vir a consultar a direção da instituição proponente quanto à necessidade de etapas, equipamentos ou insumos solicitados pelo proponente.

Item 17 - Da planilha para pagamento de pessoal/etapas e orçamento

- Se o projeto demanda material permanente, elaborar tabela com as especificações e inserir estimativas de valores de mercado.

- Se o projeto demanda custeio para material de consumo, serviços de terceiros e provisão de importação, as informações devem estar descritas em tabela específica.

- Se o projeto envolver o pagamento de servidores (etapas), anexar planilha de solicitação de pagamento de etapas modelo GAPS (Anexo I e II).

- O pesquisador/a deve explicitar o que está sendo demandado ao Fesima.

Item 18 - Da bibliografia
A bibliografia deve ser atualizada (últimos dez anos) e a normalização das referências deve seguir o estilo Vancouver (Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals - http://www.icmje.org/).

Item 19 - Das deliberações
- O projeto deve obedecer ao prescrito na Deliberação CAF 2, de 29-06-2011 que estabelece prazos para submissão de projetos que serão financiados pelo FESIMA.

- Cabe ao GAPS realizar consulta a especialistas sobre a qualidade e viabilidade da proposta e à direção da instituição do proponente sobre as necessidades do projeto/proposta.

- Após a reunião do Conselho do Fesima, o GAPS enviará notificação sobre a deliberação.

- O projeto entrará em execução a partir da aprovação do Conselho Administrativo do Fesima.

Item 20 - Da avaliação
- Faz parte do processo de avaliação o/a proponente apresentar a proposta do projeto em reunião do Conselho do Fesima, em dia e horário previamente agendado.

- O diretor (a) da instituição do/a proponente deverá manifestar estar de acordo com os valores orçamentários solicitados, seja etapas, insumos e/ou equipamentos.

- Durante a análise do projeto o GAPS poderá consultar a direção da instituição do/a proponente para que ela se manifeste sobre os valores orçamentários solicitados, seja etapas, insumos e/ou equipamentos.

PLANILHA I					
PLANILHA DE PREVISÃO DE ETAPAS					
PROJETO/AÇÃO					
ÁREA RESPONSÁVEL:					
PERÍODO DE REALIZAÇÃO:					
Nível	Seg. a Sex. = 2 a = 4h	Seg. a Sex. > 4h		Sáb./Dom./Feriado	Total
	servidor	não-servidor	servidor	não-servidor	não-servidor

Elementar
Intermediário
Superior
Total
Pagamento de etapas em ações e trabalhos ligados às finalidades do Fesima, de caráter urgente e inadiável, para profissionais técnicos e pesquisadores, servidores públicos ou não, (atuantes nas instâncias: federal, estadual ou municipal) fora do expediente normal de trabalho, sobretudo para o cumprimento das prerrogativas nacionais em atender o Regulamento Sanitário Internacional (Deliberação CAF – 1 de 30-09-2010).
Instruções para preenchimento:
- Identificar o Projeto/Ação de forma clara e concisa
- Relacionar o número de etapas utilizadas na ação de acordo com o cargo (para funcionário público) e escolaridade (para não servidor público), e carga horária que executará na ação (segunda a sexta-feira e/ou sábados, domingos e feriados).
- Anotar em cada coluna da Planilha de Previsão de Etapas o resultado do cálculo estimado: número de profissionais x número de dias programados para a ação.
- Atentar para a necessidade de profissionais de todos os níveis que podem vir a trabalhar nas ações e/ou projetos.

Data:
Responsável Técnico:
Tel.:
E-mail:
PLANILHA II – ORÇAMENTO
CAPITAL
Material Permanente
Custeio
Material de Consumo
Serviços de Terceiros
TOTAL
ANEXO III – MODELO DE PROJETO
Título do projeto:
Instituição proponente:
Departamento.....

Período de execução/período de duração total do projeto:
Responsáveis:
Resumo:
Introdução:
Objetivos:
Justificativa:

Área de abrangência: ( ) local ( ) regional ( ) estadual ( ) interestadual ( ) nacional.

Público alvo
Material e método:
Meta:
Período/cronograma de execução:
Comissão de Ética
Produtos desta proposta:
Instituição parceira:
Riscos do projeto
Por que a SES deve apoiar essa proposta?
Área da SES que se beneficiara tecnicamente do projeto:
Orçamento:
Pagamento de pessoal/planilha de previsão de etapas: (Planilha I)

Recursos solicitados ao FESIMA: (Planilha II)
Atenção: Quando solicitado equipamentos e insumos inserir estimativas de valores de mercado.

Bibliografia

## INSTITUTO ADOLFO LUTZ

**Extrato de Contrato**
Processo SPDOC 2355340/2019
Contrato 078/2019
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação do IAL/GC 1760/2019
Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz
Contratada: Programa Nacional de Controle de Qualidade Ltda.

CNPJ da Contratada: 73.302.879/0001-08
Objeto: prestação de serviços de ensaio de proficiência para análise de chumbo em sangue – Centro de Contaminantes.

Valor Mensal Atual: R\$ 229,82
Variação do Período: 4,34%
Valor Mensal Reajustado: R\$ 239,79
Diferença Mensal: R\$ 9,97
Vigência: retroativa a 01-09-2020
Fundamento Legal: §8º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/1993

**Primeiro Termo Aditivo de Contrato**
Processo SPDOC 1988559/2019
Contrato 051/2020
Modalidade: Pregão Eletrônico 021/2020
Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz
Contratada: VS2 Saneamento e Serviços Ltda ME
CNPJ: 22.439.760/0001-32
Objeto: Aditamento Excepcional do contrato assinado em 17-10-2020, por 180 dias, de 07-06-2021 a 03-12-2021, referente à Prestação de serviços de Limpeza Hospitalar nos CLR’s de Marília, Ribeirão Preto e Campinas
Fundamento Legal: Artigo 65, parágrafo 1º, da Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores.
Vigência 180 dias.
Período: 07-06-2021 a 03-12-2021
Data da Assinatura: 07-06-2021

## CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**GRUPO DE VIGILÂNCIA VIII - MOGI DAS CRUZES**
**Despacho do Diretor Técnico de Saúde II, de 22-6-2021**
**Deferindo LTA**, referente ao Protocolo: 2021/11926.
Atividade Econômica do Estabelecimento: Atividade Médica Ambulatorial com Recursos para Realização de Exames Complementares.
Razão Social: BB Kids Clínica Médica e Odontológica Ltda.
- Município: Mogi das Cruzes - SP.

- Durante a vigência do projeto haverá avaliação técnica e financeira para acompanhamento e monitoramento dos projetos.

- A avaliação técnica e financeira pode ser de processo – no decorrer da própria vivência da proposta; de resultados – o que acrescentou ao objetivo original; de impacto – quanto e como alterou o problema inicial.

Item 21 – Visibilidade da ação
Com o intuito de dar visibilidade à ação realizada e garantir o processo de divulgação científica como compromisso de responsabilidade social, ao final do projeto o autor/a deverá enviar um resumo executivo com resultados da atividade/projeto, o resumo deverá ter no máximo 3.500 caracteres.

PLANILHA I					
PLANILHA DE PREVISÃO DE ETAPAS					
PROJETO/AÇÃO					
ÁREA RESPONSÁVEL:					
PERÍODO DE REALIZAÇÃO:					
Nível	Seg. a Sex. = 2 a = 4h	Seg. a Sex. > 4h		Sáb./Dom./Feriado	Total
	servidor	não-servidor	servidor	não-servidor	não-servidor

## GRUPO DE VIGILÂNCIA IX - FRANCO DA ROCHA

**Despacho do Diretor Técnico, de 22-6-2021**
Interessado: Martins Lococo Lavanderia - 59.951.822/0001-09.

Assunto: AIF 032086, de 19-6-2021
Nº de Referência: GVS IX - 590/2021
Processo: SES-PRC-2021/26766

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98.

A Diretoria Técnica do GVS IX/CVS/CCD/SES-SP torna público a lavratura do Auto de Infração 0032086, por dificultar as ações de fiscalização no combate a disseminação da Covid-19.

O infrator poderá apresentar recurso do auto de infração no prazo de dez dias a partir da ciência na forma da lei.

A defesa deverá ser apresentada por escrito protocolada no prédio do NAOR - Franco da Rocha, no Serviço de Protocolo situado à Avenida dos Coqueiros, s/nº - Franco da Rocha - Prédio situado dentro da área do Complexo Hospitalar do Juquery, por pessoa com a devida representação legal.

A não apresentação de recurso implica estar sujeito às penas previstas na Lei Estadual 10.083/98.

**Despacho do Diretor Técnico, de 22-6-2021**
Interessada: Mária Cícera da Conceição - Bar da Cícera - 590880444-49.

Assunto: AIF 032076, de 30-04-2021.
Nº de Referência: GVS IX - 599/2021
Documento: SES-PRC-2021/19687

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVSIX/CVS/CCD/SES-SP torna público a lavratura da Notificação de Recolhimento de multa 026261 em UFESP

referente ao AIP 023249 enviado po rcarta registrada em 21-06-2021.

A ausência de recolhimento da multa poderá implicar a inclusão do valor da penalidade no sistema da dívida ativa do estado de São Paulo.

O valor deve ser recolhido conforme as instruções: Guia de Recolhimento de Multas-Obrigatoriedade de uso de máscara disponível em

http://www.cvs.saude.sp.gov.br/ formularios.asp.

A cópia do comprovante do recolhimento da multa deve ser entregue na Avenida dos Coqueiros s/nº - Serviço de Protocolo - Prédio NAOR - Franco da Rocha dentro do Complexo Hospitalar do Juquery - Centro - Francoda Rocha - SP.

**Despacho do Diretor Técnico, de 22-6-2021**
Interessado: Victor Leon Virgilio Conveniências ME - 04464085/0001-10.

Assunto: Auto de Infração 032060
Nº de Referência: GVS IX - 598/2021
Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

Considerando Parecer Referencial CJ/SS 23/2021;
A Diretoria Técnica do GVSIX/CVS/CCD/SES-SP torna público a lavratura da Notificação de Recolhimento de multa 026265emUFESP, referente ao AIP 023208 enviado por carta registrada em 21-06-2021.

A ausência de recolhimento da multa poderá implicar a inclusão do valor da penalidade no sistema da dívida ativa do estado de São Paulo.

O valor deve se rrecolhido conforme as instruções: Guia de Recolhimento de Multas-Obrigatoriedade de uso de máscara disponível em

http://www.cvs.saude.sp.gov.br/formularios.asp.

A cópia do comprovante do recolhimento da multa deve ser entregue na Avenida dos Coqueiros s/nº - Serviço de Protocolo - Prédio NAOR - Franco da Rocha dentro do Complexo Hospitalar do Juquery - Centro - Francoda Rocha - SP.

**Despacho do Diretor Técnico, de 22-6-2021**
Interessado: Davila Santos Silva - CNPJ 14.891.379/0001-81
Assunto: Auto De Infração 032036 de 30-01-2021

Nº de Referência: GVS IX- 597/2021
Documento: SES-PRC-2021/04838
Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

considerando Parecer Referencial CJ/SS 23/2021.

A Diretoria Técnica do GVS IX/CVS/CCD/SES-SP torna público a lavratura da Notificação de Recolhimento de multa 026264 em UFESP, referente ao AIP 023217 enviado por carta registrada em 21-06-2021.

A ausência de recolhimento da multa poderá implicar a inclusão do valor da penalidade no sistema da dívida ativa do estado de São Paulo.

O valor deve ser recolhido conforme as instruções: Guia de Recolhimento de Multas - Obrigatoriedade de uso de máscara disponível em

http://www.cvs.saude.sp.gov.br/formularios.asp . A cópia do comprovante do recolhimento da multa deve ser entregue

na Avenida dos Coqueiros s/nº - Serviço de Protocolo - Prédio NAOR - Franco da Rocha dentro do Complexo Hospitalar do Juquery - Centro - Franco da Rocha - SP.

**Despacho do Diretor Técnico, de 22-6-2021**
Interessado: Janaina de Almeida Morais - Chopperia, CNPJ 28.065.996/0001-32.

Assunto: Auto de Infração 032039, de 05-02-2021.

Nº de Referência: GVS IX - 591/2021
Documento: SES-PRC-2021/06920

Considerando a avaliação do Parecer Referencial CJ/SS 23/2021.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98.

A Diretoria Técnica GVS IX/CVS/CCD/SES-SP torna público a inscrição do débito sob o 60235114, livro 154043, fls. 84, referente à penalidade de multa aplicada no processo administrativo iniciado pelo Auto de Infração 032039 de 05-02-2021.

Os autos do processo administrativo são mantidos no endereço Avenida dos Coqueiros sn - Prédio NAOR - Franco da Rocha - Complexo Hospitalar do Juquery - Centro, à disposição da PGE, para consulta e eventual atendimento de ordem judicial, nos termos do art. 41 da Lei 6.830/80.